



Diário da Sessão n.º 021 de 10/05/01

Está presente na Mesa e foram debatidas em Comissão duas **Propostas de Resolução** relativas à “**actividade de automóveis ligeiros de passageiros**” uma apresentada pelo Partido Comunista Português e outra pelo Grupo Parlamentar do PP.

Entretanto, na reunião da Comissão de Economia, foi elaborada uma proposta de substituição conjunta que foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Partido Socialista, do Partido Popular e do Partido Comunista Português e com a abstenção do PSD.

Portanto, vamos iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Este ponto da nossa ordem de trabalhos trata de discutir as Propostas de Resolução e o que resulta do trabalho da Comissão que o Sr. Presidente da Assembleia acabou de anunciar.

Em primeiro lugar e muito rapidamente, gostava de historiar este processo na sua fase actual e recente.

O Grupo Parlamentar do PCP fez uma Proposta de Resolução sobre a actividade dos automóveis ligeiros de passageiros. Alguns dias depois, o Partido Popular também, e dentro do prazo previsto no Regimento, porque têm que ser discutidas em conjunto, fez entrar uma proposta sobre matéria equivalente. Alguns dias depois, o Grupo Parlamentar do PSD, primeiro através de conferência de imprensa e depois de apresentação em Comissão das propostas, também interveio neste processo com um conjunto de propostas de alteração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Antes de continuar com o resto da evolução e de caracterizar a proposta do meu Grupo Parlamentar, gostaria de dizer que temos satisfação em sublinhar que nesta fase, uma vez que esta matéria já foi discutida há muito tempo atrás na anterior legislatura e agora nesta, interpretando opiniões, posições que os taxistas através das suas associações representativas nos fizeram chegar, nós tomámos a iniciativa de desencadear este processo.

Gostaria também de sublinhar que ficámos satisfeitos por outros partidos, outros grupos parlamentares terem secundado esta proposta e ficámos também satisfeitos pelo partido que apoia o Governo e que tem a maioria, ter entendido na Comissão tratar este assunto, em conjunto com os restantes partidos, de forma positiva no que respeita à procura de uma solução.

Caracterizando a proposta inicial do PCP para poder explicar a evolução da nossa posição, diria que ela tem duas características essenciais: uma recomendava que uma Comissão da Assembleia estudasse um conjunto de matérias relativamente a esta actividade dada as diferenças actuais que esta actividade dos táxis tem no contexto regional e dado os novos elementos que alteram essa actividade e outro objectivo da proposta era recomendar ao Governo que estudasse a possibilidade de reduzir o preço do gasóleo.

Efectivamente há mudanças muito profundas na actividade dos automóveis de aluguer de passageiros com condutor que resultam de variadíssimos factores, mas o que é certo é que essas diferenças não eliminam ou não anulam a necessidade que há em que essa actividade não só exista, mas que seja uma actividade economicamente equilibrada para quem a exerce.

É daí que depois desta Assembleia passados mais de dois anos se ter pronunciado e não ter havido medidas visíveis do Governo anterior, tornou-se urgente que houvesse essas medidas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Na nossa óptica, era também urgente e continua a ser, como adiante se verá que a Assembleia Legislativa Regional, depois de intervir neste processo com esta resolução, não se alheasse dele e continuasse a acompanhá-lo.

O facto de na Comissão de Economia se ter realizado uma discussão que possibilitou e levou à criação unânime de um grupo de trabalho que posteriormente elaborou o texto alternativo que o Sr. Presidente referiu há pouco, foi um facto em si mesmo positivo.

Obviamente que os partidos proponentes, nomeadamente o Grupo Parlamentar do PCP, tinha que ter em conta que estando a negociar com o conjunto dos outros partidos na perspectiva de ser aprovada uma resolução, também tinha que ter em conta a contribuição, a colaboração, a perspectiva e o ponto de vista do partido maioritário, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Foi exactamente dentro dessa linha de actuação que orientámos a nossa acção e a nossa decisão de apoiar e de subscrever o texto alternativo.

Em relação à nossa proposta, qual é a evolução ou qual é a modificação que há?

No que respeita ao texto alternativo, os considerandos são basicamente aqueles que apresentámos.

No que respeita à matéria posta, foi seleccionado um conjunto de pontos que constam, de acordo com a informação prestada, de um estudo que está sendo feito entre o Governo Regional e as associações de táxis — uma série de pontos que inclui pontos importantes como seja, por exemplo, a perspectiva da reforma antecipada — para se recomendar ao Governo Regional a sua execução imediata.

Por outro lado, foi seleccionado um outro conjunto de pontos e encarregada a Comissão de Economia da Assembleia para, em tempo útil, poder fazer a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

avaliação, ou seja, se o resultado desses pontos é suficiente para um reequilíbrio da actividade ou se pelo contrário tem que se entrar por outros caminhos, nomeadamente aquele referente à descida do preço do gasóleo.

Há aqui uma diferença importante em relação à nossa proposta inicial, mas há dois dados adquiridos neste conjunto. Um é uma garantia bastante forte, na medida em que houve um envolvimento directo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é a garantia de que aqueles pontos que estão neste momento a ser estudados pelo Governo e que serão recomendados pela Assembleia, serão efectivamente cumpridos. Por outro lado, também se adquire um outro aspecto, é que a Assembleia que nós pretendíamos, não se alheie do processo e em tempo útil, depois de um tempo de execução desses pontos, avalie se as medidas são suficientes ou se são precisas outras, nomeadamente a da descida do gasóleo.

Pensamos que este processo tem todas as condições de evoluir neste novo quadro, e não no quadro em que foi discutido há dois anos e meio atrás com outra correlação de forças, e tem toda a possibilidade de evoluir de forma equilibrada no sentido de ajudar a resolver esta actividade económica que é essencial, é importante e tem problemas sérios que variam de ilha para ilha. Portanto, não se pode perder mais tempo sem que eles sejam encarados.

Ficamos satisfeitos de termos contribuído para que este processo tivesse este encaminhamento.

Ficamos satisfeitos de todos terem dado o seu contributo e de muito possivelmente se poder chegar a uma conclusão positiva.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.



Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vai esta Assembleia Legislativa apreciar hoje duas Propostas de Resolução, uma do Partido Popular e outra do PCP, que, no nosso caso, recomendam ao Governo Regional a adopção de um conjunto de medidas sobre a actividade dos transportes públicos rodoviários em automóveis ligeiros de passageiros que, como é do domínio comum, tem vindo a perder rentabilidade ao longo dos últimos anos.

Trata-se de um sector da actividade que não tem beneficiado directamente do processo geral de desenvolvimento económico dado que o extraordinário aumento do parque automóvel dos particulares, veio, progressivamente, retirar um importante segmento do mercado constituído pela população residente.

Por outro lado, o significativo aumento que se tem verificado no fluxo turístico não tem revertido em acréscimo de clientela para a actividade dos Táxis, dado o elevado incremento dos rent-a-cars e do transporte colectivo próprio das agências de viagem e unidades hoteleiras.

Se a isso adicionarmos o aumento dos custos de operação e o acréscimo do número de licenças que ocorreu à alguns anos atrás, fácil é concluir que, em toda a Região, os Taxistas tendo que trabalhar muito mais horas, do que é normal e aceitável, estão a facturar muito menos, estando em risco, para muitos deles, a rentabilidade mínima da sua actividade, com as inevitáveis e indesejáveis consequências económicas e sociais.

Estamos assim perante uma grave crise num sector sujeito a uma grande sazonalidade e que presta um relevante serviço económico e social. Por isso deve merecer a atenção de quem governa esta Região e o apoio dos poderes públicos que lhe podem dar voz, como é o caso desta Assembleia.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Tendo presente esta realidade, que não é de agora, em 1998 trouxemos o problema a este Parlamento e após um trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão Parlamentar competente, em Maio de 1999, fizemos aprovar, nesta Assembleia, por unanimidade, uma Resolução que recomendava ao Governo Regional a implementação de doze medidas indispensáveis à viabilização da actividade económica desenvolvida por várias centenas de taxistas que operam na nossa Região Autónoma.

Do conjunto daquelas medidas, umas eram estruturais e outras de pormenor, ou mesmo meramente simbólicas, mas todas deveriam ter merecido a adequada prioridade por parte do Governo Regional do PS. Aliás, muitas das recomendações eram de simples execução e vinham ao encontro das necessidades básicas do sector. Teria bastado um pouco de boa vontade.

Passado dois anos, o Governo Regional não foi capaz de dar a devida resposta, nem a umas nem a outras, inviabilizando a satisfação dos justos e legítimos anseios dos taxistas dos Açores, que estavam contemplados na recomendação aprovada pela Assembleia Legislativa.

Por isso surgiu agora a Proposta de Resolução do CDS/PP que retoma exactamente os doze pontos da anterior recomendação, enquanto a proposta do PCP retoma de imediato um desses pontos, remetendo outros para estudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na perspectiva do Partido Popular, é evidente que dos doze pontos previstos alguns são estruturantes e mais urgentes, enquanto outros requerem apenas medidas pontuais da responsabilidade de serviços públicos ou instruções do Governo junto de entidades fiscalizadoras.



No primeiro caso, importa restabelecer ao nível do mercado um novo equilíbrio, agindo sobre a diminuição da oferta do serviço de táxis na Região.

Para o efeito deve ser implementado um Sistema de indemnizações, em montantes adequados à realidade de cada ilha, a quem, voluntariamente, de acordo com os critérios a fixar, queira aderir ao processo de cancelamento da licença para o exercício da actividade, conforme previsto no ponto dois.

Esta medida é tanto mais adequada quando se sabe que várias dezenas de profissionais do sector já possuem idade avançada e só se mantêm em actividade por razões de subsistência.

Em perfeita correlação com este incentivo à diminuição da oferta importa recomendar às Câmaras Municipais a não atribuição de novas Licenças para o exercício da actividade, conforme previsto no ponto dez.

Outra medida estruturante tem a ver com o incentivo ao investimento no sector, que possibilite por um lado a diminuição dos seus custos e por outro a adequada renovação da frota, que para além de melhorar o nível e qualidade do serviço prestado acarreta também uma diminuição dos gastos de manutenção e conservação.

Daí a proposta para a criação de uma linha de crédito destinada à indispensável renovação da frota de Táxis, com juros gradualmente bonificados, para a aquisição de viaturas novas, e que no nosso entender deve também incluir a aquisição de viaturas usadas da “gama” alta, com menos de três anos, e de equipamentos que possibilitem melhoria dos serviços prestados, conforme previsto no ponto um da Resolução.

Embora usualmente as linhas de crédito de incentivo ao investimento se destinem à aquisição de equipamentos em estado novo, no caso em apreço a experiência aconselha a que se abra uma excepção, dado que é possível



adquirir viaturas da “gama” alta, com menos de três anos, em muito bom estado, por preços vantajosos. O incentivo para incluir este tipo de viaturas na renovação da frota, iria impedir que, tal como acontece presentemente, a renovação seja feita através de viaturas com mais anos de uso e elevada quilometragem, que apesar da boa aparência, acarretam crescentes custos de manutenção e conservação.

Finalmente, ainda no âmbito das soluções inadiáveis, conforme se prevê no ponto oito da Resolução do PP, importa que o Governo Regional promova a urgente regulamentação das normas sobre a actividade dos Táxis, dada a especificidade dos Açores e os graves inconvenientes de os detentores individuais de táxi terem de se constituir em sociedade.

Efectivamente paira uma grande ameaça sobre os empresários em nome individual, que constituem a esmagadora maioria dos Taxistas da Região, que por força da legislação nacional vigente, têm que se constituir em sociedades até antes do final do ano.

Para além de não ser essa a vontade dos profissionais nos Açores, as características sócio-culturais da nossa Região não o fomentam e as negativas experiências do passado desaconselham tal solução.

Forçar a constituição de sociedades na exploração dos transportes públicos ligeiros de passageiros nos Açores seria desastroso para a actividade.

De resto, ainda no âmbito da Regulamentação da actividade, importa adequar o limite dos doze anos, estabelecido a nível nacional, como idade máxima para os veículos em operação, dado que, na Região, são muitos os carros da frota que se encontram próximo desse limite e cujo estado de conservação é muito satisfatório, com a agravante do sector estar em crise.

Por outro lado, a média de quilometragem efectuada anualmente em serviço nos Açores é muito inferior à que ocorre nos principais centros



urbanos do continente e parte dos veículos que renovaram a frota, apesar do seu bom estado de conservação, por razões económicas, já foram adquiridos com alguma idade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A par destas medidas estruturais, importa salvaguardar um conjunto de recomendações que apontam para melhorias no sector, quer na óptica da qualidade do serviço prestado quer na garantia de que a concorrência se processe rigorosamente nos termos da lei.

Assim, no primeiro caso, deve ser recomendada ao Governo uma maior fiscalização da actividade dos Táxis relativamente a questões que envolvem a apresentação, limpeza das viaturas e qualidade do serviço prestado, conforme previsto no ponto nove da Resolução do Partido Popular.

Há que fazer um grande esforço nesse sentido, em ordem à dignificação da classe e do sector e à salvaguarda da qualidade do serviço prestado, numa altura em que tanto se aposta no Turismo.

No segundo caso há que tomar as medidas adequadas à fiscalização das actividades que, irregularmente, fazem concorrência desleal e não autorizada aos Taxistas.

Neste particular impõe-se uma maior fiscalização aos operadores turísticos que prestem serviços não autorizados (ponto quatro da Resolução do Partido Popular) bem como a outras entidades colectivas, sócio-culturais, que fazem serviços concorrentes com os dos Táxis e a empresas que alugam viaturas não autorizadas (ponto seis da Resolução do PP).

Na mesma ordem de ideias, embora com menor incidência, impõe-se garantir que o próprio serviço de ambulâncias cumpra, rigorosamente, apenas com os serviços de que estão oficialmente incumbidos e, por isso, não pratiquem em nenhuma circunstância deslocações que se afigurem



concorrentes dos transportes públicos de passageiros (ponto cinco da Resolução do PP).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ponto sete da Proposta de Resolução do Partido Popular que recomenda maior parcimónia na utilização de viaturas oficiais no transporte de agentes da administração ou de técnicos e cidadãos, sem direito a transporte oficial, nomeadamente quando se deslocam de e para os aeroportos da Região, na óptica do Partido Popular, deve merecer a maior atenção deste Parlamento. Efectivamente não está em causa, como decorre da letra do texto, o transporte em carro oficial dos agentes da administração que a tal tenham direito.

A verdade é que por solidariedade e natural simpatia entre serviços, muitas vezes por comodismo ou cortesia, a administração recorre com frequência ao transporte em viaturas dos serviços, para e dos aeroportos, de funcionários administrativos ou técnicos que se deslocam em serviço com direito a subsídio de ajuda de custo e de transporte, mas não a transporte oficial.

Conscientemente ou não, a administração, a troco da poupança que faz no subsídio de transporte a que estes funcionários tinham naturalmente direito, está efectivamente a retirar do mercado dos Táxis uma importante parcela do mercado local.

É ver o que acontece no aeroporto de Lisboa, onde este tipo de funcionários e agentes utilizam naturalmente o serviço dos Táxis, enquanto nos aeroportos dos Açores as carrinhas oficiais dos diversos serviços, fazem fila para transportarem estes funcionários para as unidades de alojamento, enquanto a fila dos Táxis aumenta.



Sobre este tipo de situações há que fazer opções e emanar directrizes claras sobre a utilização com parcimónia do transporte em viaturas oficiais. Caso contrário, estamos a “chorar lágrimas de crocodilo” pela crise que afecta a actividade dos Táxis nos Açores.

Quando a par de tudo isto, no caso específico das praças de Táxi de Angra do Heroísmo, a segunda maior concentração de Táxis dos Açores, se assiste à introdução, pela Câmara Municipal, de carreiras urbanas gratuitas, simpaticamente acessíveis a toda a gente, que atravessam a cidade permanentemente e fazem a ligação entre os principais pólos geradores de serviço de Táxi, não há concorrência que resista nem actividade económica que subsista.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Há que ter coragem para mudar uma série de coisas, impor regras e incrementar a fiscalização. Há que introduzir as tais medidas estruturantes que apontamos no início da nossa intervenção.

Se o Governo Regional intervir com urgência, determinação e eficácia será possível retomar um saudável equilíbrio no mercado do Transporte Público Ligeiro de Passageiros na nossa Região, devolvendo-lhe uma rentabilidade adequada.

Para o efeito há que reduzir a oferta do serviço de Táxi através da indemnização ao cancelamento de licenças, aumentar a procura daquele serviço, através da eliminação da concorrência desleal de que o mesmo vem sofrendo e apoiando o investimento na renovação da frota e de outros equipamentos através da criação de uma linha de crédito bonificada.

Se assim acontecer, como se impõe, acreditamos que se poderá evitar o recurso ao apoio directo à exploração, que é sempre tecnicamente indesejável, através de um subsídio especial ao gasóleo, ou a aplicação de



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

outras benesses quase insignificantes como a isenção do pagamento da inspecção anual a que as viaturas estão sujeitas.

Um sector forte, saudável, com capacidade de investimento, num mercado equilibrado, como se deseja e é possível criar, não irá necessitar de subsídios à exploração e subsistência, nem será necessário recorrer a aumentos tarifários superiores à inflação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como acabámos de demonstrar e, justificadamente, o Grupo Parlamentar do Partido Popular subscreve, com gosto, a proposta de alteração elaborada no âmbito do trabalho da Comissão competente que, como é do vosso conhecimento, desagrega o conjunto das propostas em análise em dois grupos. O primeiro grupo de propostas é composto por uma recomendação imediata ao Governo para a sua implementação e o segundo grupo de propostas, que após estudo e apreciação do impacto do primeiro, poderão eventualmente vir a ter andamento.

É com gosto que subscrevemos as propostas pertencentes ao primeiro grupo em número de 6 e que resumem, no âmbito daquilo que havíamos proposto, aquelas que têm carácter mais estruturante.

Relativamente ao segundo grupo de propostas, também em número de 5, 3 resultam da nossa iniciativa parlamentar e as outras 2, nomeadamente o apoio à instalação de centrais de táxis e o apoio na área da promoção profissional, nomeadamente através da realização de cursos de formação, são adendas e aditamentos que muito valorizam e de forma oportuna aqui estão, pensando nós até que, no que respeita a uma e a outra, elas se integram no sistema geral de apoio do sector público às actividades económicas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

No caso do apoio à instalação de centrais de táxis, esta medida não é de resto inovadora no conjunto da Região, atendendo que é do nosso conhecimento que, nomeadamente em Ponta Delgada, já houve uma acção de apoio, por parte da Administração Regional, que visava pelo menos incentivar esse tipo de investimento. Logo, sob esse ponto de vista, o que importa é generalizar, ao conjunto do sector, uma prática que em boa hora já teve algum início e, no segundo caso, o apoio na área da formação profissional, diremos que deveria ser uma preocupação permanente e não deveria ficar dependente de qualquer apreciação do resultado das chamadas medidas estruturantes.

Portanto, apesar da mesma aqui estar e ter a nossa subscrição, um apelo que deixamos desde já, é que na área da formação e promoção profissional, independentemente do conteúdo que aqui está, haja um esforço muito concreto do Governo para apoiar as associações e a sua federação, no sentido de melhorar rapidamente a imagem e o serviço num sector que é importante ao desenvolvimento do nosso turismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi feita aqui alguma apreciação em termos históricos, à introdução destas últimas Propostas de Resolução da autoria do PCP e do PP.

Porém, acontece que a história em torno desta matéria, remonta a Maio de 1998, altura em que a Comissão de Economia principiou a ouvir todas as associações de táxis da Região.

Aí se inseriu o trabalho activo do Partido Socialista, em paralelo com todos os outros partidos, no que se refere a esta matéria, auscultando com relativa



frequência todas as associações de táxis, quer no âmbito da comissão, quer até fora dela.

Inteirámo-nos, portanto, de todas as condições precárias, digamos assim, em que algumas associações de táxis e alguns taxistas executam a sua profissão, porque em termos de rentabilidade, deixava muito a desejar.

Acontece que o problema número um suscitado desde então, prendia-se com o excesso de táxis existentes em qualquer uma das associações, mas com particular incidência na Ilha Terceira, onde, para além de todas as situações que criaram este problema em todas as outras ilhas, houve aquela situação derivada da existência dos militares americanos na Base que utilizavam muito os táxis e que, de um momento para o outro, praticamente deixaram de os utilizar, embora o façam mas em situações pontuais e em pequena escala.

Isso fez com que, por exemplo, na Ilha Terceira, existam praticamente tantos táxis como na Ilha de São Miguel. Com a desproporção que existe na população de cada ilha, notam-se bem os problemas existentes nesta área, com menos actividade e menos circulação, que, obviamente, deriva da percentagem de população que existe em cada ilha.

Acontece que nessa altura, e datado de 14 de Maio, a Comissão de Economia entregou um trabalho, onde recomendava ao Governo 10 pontos considerados prioritários e essenciais para a ultrapassagem deste problema.

No dia 19 de Maio entrou a Proposta de Resolução do PP, ou seja, a primeira, exactamente com estes mesmos pontos que a Comissão de Economia apresentava. Não é um trabalho inédito, é antes o retomar — para que se entenda a história sobre esta matéria — das propostas que a Comissão de Economia já tinha recomendado ao Governo, transformando-



as numa Proposta de Resolução. Obviamente teve o apoio unânime da Câmara, como já tinha tido a recomendação da Comissão de Economia.

A partir daí, o Governo principiou a trabalhar sobre o assunto e quando se elencaram essas recomendações que vieram depois a ser transcritas, até na mesma ordem prioritária na Proposta de Resolução do PCP, recomendou-se de uma forma genérica todas elas, porque o estudo posterior é que iria indicar por onde é que o Governo iria entrar para principiar a resolver tão grave problema, como entendíamos na altura e continuamos a entender hoje.

Acontece que dos trabalhos havidos, deu-se prioridade à reivindicação número um de todas as associações de táxis, que era exactamente a redução dos táxis existentes numa percentagem de 20% e possivelmente até mais do que isso, na Ilha Terceira.

Esse assunto foi aprofundado pelo Governo Regional de maneira que está praticamente em vias de conclusão e, portanto, tudo indica que para a iniciação da redução dos táxis existentes, passe-se por aquilo que está aqui no primeiro ponto da Proposta de Resolução, ou seja, por reformas antecipadas, por reformulação ou reconversão da actividade profissional ou até por indemnizações para quem queira terminar a actividade, cancelando a sua licença.

Nesta ordem de ideias não fazia sentido continuar a incluir determinadas medidas no mesmo grau de prioridade. Se o que está em causa é a rentabilidade da actividade de taxista, tinha que haver primeiro este esforço do Governo.

Já tendo realizado alguns passos no sentido de resolver os problemas da actividade do taxista, (esta vontade de resolver passa pela redução dos táxis que também é um grave problema existente) havia que dar espaço para que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

depois de concluído esses trabalhos e depois da observação da realidade na prática da execução deles, sabermos o que é que era necessário avançar a partir daí.

Aí então, aparecem medidas que se inserem numa ordem prioritária, medidas essas que já foram apresentadas pelos Srs. Deputados que me antecederam de uma forma esclarecedora, por isso julgo que não é necessário estar aqui a repeti-las. Gostaria apenas de dizer que o facto de haver uma divisão por prioridades assenta na ideia de que depois de umas em execução, ir-se-á então atender às outras e saber se são ou não necessárias, porque se com estas a actividade do taxista se tornar rentável, não é de todo próprio que iremos atender a outras medidas na altura reivindicadas e que não farão sentido se estas medidas que agora vão ser aplicadas forem positivas.

Portanto, é esta razão pela qual o Partido Socialista, sem nunca ter apresentado uma proposta de resolução formal, esteve sempre por dentro do assunto desde o início do trabalho da Comissão, simplesmente por confiar no Governo, por saber que o Governo já trazia na mão o conhecimento efectivo desta realidade e destes problemas e sabíamos que a partir dessa recomendação o Governo iria trabalhar e fazer todos os possíveis para, no mais curto espaço de tempo, principiar a resolver esta situação. Por isso, também estamos de acordo com os trabalhos apresentados.

Nesta proposta que saiu da Comissão estão incluídos todos os pontos que qualquer partido apresentou na sequência destes trabalhos. Só a ordem prioritária é que é da concordância apenas de uns. Na altura, na Comissão, não foi do PSD que não esteve contra, mas absteve-se.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, chegámos a uma situação onde as próprias associações de táxis que nós contactámos estão de acordo com este procedimento. Havendo também concordância dos partidos, temos esperanças que o trabalho do Governo que até aqui foi profícuo, continue a caminhar no mesmo sentido e que os taxistas vejam a sua situação profissional resolvida o mais breve possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD desde de 98 já tem vindo a acompanhar, quer seja na Comissão, quer seja em trabalhos com os representantes da classe, estas matérias. Desta feita, em sede de Comissão de Economia, tentámos também contribuir para responder às reivindicações que julgávamos justas dos representantes desta classe dos taxistas e que nos haviam transmitido recentemente e outras numa fase anterior.

Julgamos que no texto de substituição que se encontrou, poderíamos ter ido um pouco mais longe, razão pela qual nos abstivemos em sede de Comissão, porque pouco se avança em relação à Resolução 5/99/A, mas posso adiantar que vamos votar favoravelmente no plenário.

Nalguns aspectos, pode-se de algum modo até dizer que se retrocedeu, nomeadamente em relação ao nº 11 desta resolução que citei, que já há dois anos que recomendava ao Governo que estudasse a possibilidade de atribuição de subsídio ao combustível utilizado por estes transportes públicos.

No texto agora submetido para a aprovação, esta situação fica protelada e entregue desta feita à Comissão de Economia.



Nos trabalhos que estivemos presentes propusemos que se deveria sintetizar e dar prioridade a um conjunto vasto de preocupações que foram postas, razão pela qual a nossa proposta, em sede desta Comissão, foi no sentido de se dar apoio aos combustíveis, pois os seus preços são superiores aos de 99 e os preços praticados pelos taxistas mantêm-se inalterados desde há 5 anos, situação que a manter-se em favor dos utentes, como entendemos, não deveria prejudicar no entanto o rendimento destes taxistas.

Tal só seria possível com o mecanismo de apoio à aquisição dos combustíveis.

Por outro lado, e felizmente, os agentes económicos desta área, têm vindo a agrupar-se em associações de ilha e em federações, nomeadamente na Federação Açoriana, o que pode contribuir para a dignificação dos seus associados por um lado e, por outro lado, para a dignificação da sua classe e para um melhor serviço dos utentes, merecendo por isso o apoio das entidades públicas, todo o apoio que estas lhe possam prestar e esta questão não foi devidamente estabelecida nestes textos de substituição.

A legislação nacional que já foi aqui referida e que enquadra a actividade de automóveis de aluguer com condutor, necessita de uma adaptação urgente à nossa realidade insular e arquipelágica e, a partir de Outubro deste ano, essa situação põe-se com maior incidência, pois entrarão todos os mecanismos que lá estão previstos em vigor, o que foi bom, em nosso entender, colocar no texto de substituição.

As exigências regulamentares e de mercado obrigam a uma qualificação destes meios de transporte que são cruciais, não só na actividade normal da nossa sociedade, mas em particular do sector económico que representa o turismo, sendo muitas vezes os taxistas a primeira e a última referência que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

os nossos turistas levam das nossas ilhas, pelo que a formação dos agentes e, por outro lado, o rejuvenescimento destes operadores, se torna urgente.

Neste sentido, entendemos que deve ser instaurado um sistema que vise o apoio à retirada voluntária de operadores, até porque nalgumas ilhas se constata o excesso de táxis a circular, segundo critérios a fixar para quem queira aderir a um sistema de cancelamento de licenças que não deverão ser de novo atribuídas, contribuindo-se assim para o tal equilíbrio entre a oferta e a procura. Isto está também inserido e bem no texto de substituição da Proposta de Resolução.

Gostaria de dizer que se bem que algumas das nossas opiniões foram tidas em conta, não o terão sido na totalidade ou, pela forma ou prioridade, não se conjugam exactamente com o que nós pretendíamos e propusemos na Comissão.

Porém, vamos associarmo-nos, como já disse, na votação favorável desta Proposta de Resolução, pois havendo naturalmente alguns retrocessos nalguns pontos, esta proposta vem renovar preocupações já explicitadas na anterior e vem ainda renovar as recomendações desta Assembleia perante um novo Governo, de uma forma de novo unânime pelo que sabemos, esperando que desta feita os taxistas possam ter a esperança de actuação célere nestas matérias e que a Comissão de Economia vai, a partir daqui, acompanhar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



Em primeiro lugar, gostaria de referenciar factualmente os apoios dados pelo VII e pelo VIII Governo a várias associações de táxis, porque felizmente elas já existem, tanto na vigência deste Governo como do anterior, nomeadamente com os apoios a 209 rádios, no montante de 31.842.081 escudos. Este apoio foi efectuado nas Ilhas de São Miguel, do Faial e do Pico, às associações que nos solicitaram apoio para a instalação de centrais de rádio de táxis.

Devo mesmo dizer que, no caso da Ilha de São Miguel — é o dado que disponho — o ano passado houve 15 mil chamadas para a central de táxis o que demonstra a importância da eficácia desse sistema de comunicações na própria actividade dos táxis.

Por outro lado, continua em curso estes apoios à medida que as associações nos vão solicitando.

Gostaria também de informar esta Câmara de alguns dados que penso que são relevantes para a análise séria deste problema e que têm a ver nomeadamente com o número de licenças de táxis que existem nos Açores e que foram dadas pelas Câmaras Municipais num total de 630. Já há algum tempo que não se verifica a concessão de licenças de táxis.

Nessa altura, em 1998, nós fizemos sentir a necessidade do mercado não ser compatível com um maior número de licenças de táxis, mas existem também 1388 motoristas nos Açores, que são mais do que as licenças, porque como sabem, cada carro pode ser conduzido por mais que uma pessoa, desde que tenha o certificado de aptidão profissional ou a vulgarmente conhecida carteira profissional.

Essa carteira profissional, nos Açores, foi dada por um sistema “ad hoc” aos taxistas que já tinham idade e que não podia aceder aos mecanismos que nacionalmente estavam estipulados na lei, no sentido de não haver a



possibilidade deles ficarem prejudicados na sua actividade e no seu ganha pão, porque esta actividade é complexa.

Eu não gostaria de particularizar situações marginais, mas não há em todo este sector um conjunto de situações que correspondam unicamente à subsistência das pessoas.

Há também, como já foi dito aqui e o Governo concorda com isso, ilhas que têm diferenciações próprias e têm problemas próprios.

De qualquer modo, gostaria de informar a Câmara que sendo do mérito das associações — e é por isso que elas se constituem em associação — há algumas regalias que essas associações já auferem: 70% de redução no valor do imposto automóvel, alguns contratos com gasoleiras no sentido da redução de 5 escudos e meio por litro para algumas ilhas e 4 escudos para outras, o fornecimento dessas entidades de 2 garrafas de gás por mês para algumas ilhas, um juro bancário negociado com algumas das associações de 65 para aquisição de veículos, redução de 26% nos pneumáticos e 40% nas baterias.

Portanto, há aqui trabalho resultante da boa actividade das associações, do interesse e do significado que as associações têm como são reconhecidas como entidade privada e, naturalmente, gostaria de dizer também que nos Açores, o preço do gasóleo é de 97 escudos, independentemente destes descontos que eu aqui falei e na Madeira e no Continente é de 130 escudos. Portanto, nos Açores é menos 33 escudos do que no Continente e na Madeira.

Portanto, há aqui trabalho feito de 98 e há nesta fase, como já foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Oliveira, um processo de verificação na complexidade das 1383 pessoas que integram agora este sector e a possibilidade de ver quais são os que estão em condições para aceder aos



mecanismos que existem nos Açores da reconversão profissional. É preciso ver se essas pessoas querem efectivamente serem reconvertidas em termos profissionais e se têm os requisitos para essa reconversão profissional. Também está sendo estudado, consoante a idade, a reforma antecipada para algumas dessas situações.

Esse trabalho está a decorrer no âmbito da Secretaria dos Assuntos Sociais e também da Direcção Regional do Emprego.

Gostaria de dizer que o panorama do sector da actividade do táxi é diferente de ilha para ilha, é rentável em algumas ilhas.

O Governo Regional, ao longo deste tempo, independentemente de considerar que há aqui algumas coisas que são mais da responsabilidade da Associação de Municípios ou das Câmaras Municipais ou de algumas das entidades que são o próprio Governo Regional, no caso da fiscalização de actividades económicas, ou das próprias associações de táxis que têm um estatuto próprio para cada associação e têm também sanções disciplinatórias do regime de actividade, tem estudado com rigor e naturalmente com a atenção que cada ilha merece.

Penso que há algum consenso em dizer que, no caso da Terceira, há um superavit perante a conjuntura história e recente que foi referida aqui e que de algum modo penaliza alguma das actividades.

Gostaria de dizer também que o Governo Regional entende que esta matéria de redução do gasóleo para estes veículos, é uma matéria que tem que ser muito ponderada, porque há situações de profissionais ou indivíduos que têm a aptidão profissional e que não utilizam a viatura só para o trabalho. É preciso distinguir situações e encontrar mecanismos que de algum modo não transformem apoios em situações iníquas que possam comprometer uma actividade que é privada, que tem os seus riscos, mas



que é entendida pelo Governo Regional dentro do apoio que nós consideramos possível e viabilizador para esta actividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos trouxe-nos aqui o recenseamento da actividade de taxista com elementos que considero muito importantes para melhor fazermos a avaliação de toda esta problemática e também de melhor decidirmos sobre as recomendações que temos a fazer ao Governo sobre esta matéria.

Fiquei com algumas dúvidas sobre alguns dados que adiantou e por isso mesmo solicito esclarecimentos.

As reduções que se verificam ao nível da aquisição de pneumáticos, baterias, combustíveis, bem como o acesso a taxas de juro mais reduzidas para a aquisição de viaturas, são medidas da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos ou são vantagens que são obtidas pelas Associações de Táxis decorrentes das economias de escala da dimensão exactamente de cada uma dessas associações?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para voltar a dizer o que já disse há pouco.

Efectivamente, algumas das regalias e, concretamente, essa que falou, obtidas pelos filiados nas Associações de Táxis, são negociações dessas associações com essas entidades, ainda que o Governo Regional nas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

conversações que mantém com as Federações de Táxis ou com as associações incentive, exactamente para que hajam essas regalias.

Deputada Berta Cabral (PSD): Pelo amor de Deus! Haja honestidade intelectual!

O Orador: Obviamente, isto só significa uma coisa, é que esta actividade não precisa, como poderia passar nesta Câmara, de tantas ajudas quantas aquelas que eventualmente se poderia pôr, no sentido de estar a azedo em tudo isto.

É por isso que eu carreei esta informação para a Câmara, efectivamente para em consciência haver os dados disponíveis e naturalmente se poder também recomendar ao Governo no âmbito daquilo que já existe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fosse a intervenção final do Sr. Secretário, não pensava intervir.

De qualquer maneira, queria congratular-me com tudo o que tem sido dito aqui sobre essa matéria.

Eu julgo que todos nós tivemos o cuidado de fazer o enquadramento histórico da nossa participação neste processo e acho que neste domínio a Assembleia Regional tem uma boa história para contar.

O resultado do trabalho conjunto da Assembleia há dois anos, foi muito positivo e todos nós já o salientámos. Criou expectativas legítimas junto dos interessados.

Infelizmente, quem tem uma história menos bonita nesse processo, é exactamente o Sr. Secretário e o Governo. Portanto, nesse domínio, é bom que isto fique claro.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Os representantes do povo dos Açores cumpriram: os partidos da oposição e o partido da situação.

Se infelizmente a situação hoje está neste estado, obviamente foi porque o Governo, em dois anos, não fez aquilo que se esperava, não fez aquilo que nós esperávamos, não fez aquilo que os interessados esperavam.

Já foi feita aqui referência à história. Eu também fiz na minha bancada e aprecio o esforço e a correcção dos elementos referidos pelo Sr. Deputado Francisco Oliveira, mas há um pormenor que falhou nesse aspecto histórico e que pode ser útil para a apreciação, ou seja, o excelente trabalho produzido pela Comissão de Economia de então, para agrado geral, ocorreu porque houve um partido que apresentou, através desta Assembleia, uma iniciativa para que a Comissão desenvolvesse aquele trabalho. É bom incluir isto no processo.

Na altura fomos nós que tivemos essa oportunidade. O Partido Popular solicitou esse trabalho, o qual foi desenvolvido com todo o empenho de todos os membros da Comissão e com a participação de todos.

De três recomendações iniciais numa proposta do relator da Comissão, nós sugerimos que passasse para 10 e tudo foi aprovado. Presumo que no próprio plenário, o PSD fez mais duas propostas e passou para 12.

É engraçado e já que isso chegou a este pormenor e a nossa memória felizmente ainda é razoável, permitem-me dizer o seguinte:

Quando o Partido Popular apresentou nesta Assembleia uma Proposta de Resolução chamando à decisão desta Casa, exactamente as conclusões da Comissão, que foram enriquecidas na altura com as propostas do Partido Social Democrata, fê-lo com toda a legitimidade e qualquer partido o podia ter feito. Ainda bem que foi o Partido Popular, porque tinha a própria legitimidade de quem trouxe o problema a esta Casa.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Sr. Secretário Regional, realmente há momentos que todos compreendemos que não são fáceis para o Governo ver o Parlamento a repetir-se dois anos depois, exactamente porque o Governo não foi eficaz. É apenas isso, Sr. Secretário.

O senhor acha que tínhamos necessidade de estarmos aqui dois anos depois a dizer o mesmo, com as mesmas palavras, a ser aprovado com o esforço de critério feito em Comissão, se os senhores tivessem feito alguma coisa que prestasse?

Tenha paciência, Sr. Secretário, e faça o favor de não nos aliciar aqui com medidas do Governo.

O Sr. Secretário vem chamar a si uma iniciativa meritória das associações ao terem conseguido, pelo dinamismo das suas direcções, dos seus consultores, negociado com empresas privadas, quer na área das comunicações, quer na área do combustíveis, numa linha de modernidade, de cooperação entre empresas privadas?

O senhor vem aqui relevar esse ganho que essas empresas tiveram, o suficiente para resolver o problema estrutural que os afecta?

Vem lembrar aqui que há isenções fiscais existentes, felizmente, há muitos anos neste país, que essas empresas beneficiam e sempre beneficiaram como mérito de quem?

O senhor esquece-se de dizer aqui é que o sector não tem capacidade financeira para beneficiar devidamente dessas isenções, adquirindo viaturas novas onde aí poderiam tirar grandes benefícios, porque infelizmente não têm capacidade de investimento para tal.

Andam a comprar viaturas que chegam cá com 8 e 9 anos pintadas de fresco, com centenas de milhares de quilómetros em cima, com a carcaça



semelhante às novas que andam para aí, porque as gamas altas não mudam de carcaça todos os anos.

Eles é que sabem os gastos de conservação que isso acarreta, como Sr. Secretário sabe e como eu sei, porque são viaturas que realmente não deviam servir aqui, viaturas do 3º mundo, um sector de actividade que devia estar equipado com viaturas em condições. São viaturas do 3º mundo que andam para aí e que nos envergonham.

Deputado José San-Bento (PS): Nunca foi ao 3º mundo!

O Orador: Cada um tem a exigência que tem e que pode ter. Para alguns o que se passa é o melhor dos mundos, é cor-de-rosa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este é o nosso ponto de vista.

É por isso que estamos aqui e, felizmente que há uma consciência política dos representantes do povo dos Açores, sem excepção, no sentido de que é preciso fazer algo.

É um sector que está genericamente em crise. Basta ouvir as pessoas.

Esperamos que desta vez o Governo dê prioridade devida a esse sector e resolva as questões de fundo.

Julgo que disse na tribuna, mas volto a referir, porque é um dos aspectos que concordo da intervenção do Sr. Secretário, pela justificação, mas nós fazemo-lo de forma diferente e com convicções de princípio.

O Partido Popular aceita que o problema do subsídio ao combustível aguarde a implementação das medidas estruturantes, não só pelo facto de ser uma medida de implementação tecnicamente complexa, não é pelo facto de questões burocráticas, é por razões de princípio, porque entendemos que se for possível, e é possível, viabilizar economicamente o sector, não há necessidade de haver subsídio à exploração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Só há necessidade de fazer subsídio ao combustível, se o sector não for capaz de ser viável por si próprio. É por princípio. Crie-se as condições no apoio ao investimento, crie-se condições no reequilíbrio do mercado, crie-se condições que são importantes para a valorização do sector e para quê falar em subsídio ao gasóleo? Será que os táxis nos Açores não vão ser capazes de pagar o gasóleo pelo seu preço de mercado? São capazes, mas tem que estar devidamente estruturado e viabilizado.

Quando nós admitimos essa possibilidade de poder haver um subsídio ao gasóleo, é numa hipótese, eu diria, absurda, de que o sector não é viabilizado economicamente e o Governo terá culpa se não agir a tempo nesse sentido e, então irá subsidiar o gasóleo dos táxis, como vai subsidiando por esta Região fora, porque as coisas não têm viabilidade e, portanto, entra-se no subsídio à exploração.

Nós queremos uma economia sã e esse sector pode ser saneado e pode ter uma rentabilidade que seja até apelativa ao seu desenvolvimento.

Neste caso, entendemos que não será necessário o subsídio ao gasóleo.

Presidente: Srs. Deputados, nós já ultrapassámos a nossa hora regimental, não sei o que é que a Câmara pretende fazer.

(Pausa)

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente):
Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Apenas para reforçar aquilo que já disse.

O Governo Regional felizmente não precisa de assuntos para avocar ganhos políticos. Outros partidos, nomeadamente o seu, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, precisarão.

Nós distinguimos o que é demagógico do que é interessante.

O que é demagógico, obviamente é vir dizer esse tipo de coisas para aqui, nomeadamente dizer que nós queríamos avocar estas regalias obtidas pela associação, porque eu fui muito claro na minha exposição e tive oportunidade de reafirmar.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nos seus malabarismos habituais, voltou a tentar arranjar essa situação.

Obviamente que a nossa preocupação desde 98 é estudar com o objectivo de trazer segurança ao sector e é por isso que não se sabia e agora já se sabe, quantas licenças é que há, quantas licenças é que foram dadas, quantos motoristas é que trabalhavam nos Açores.

Não havia nem um diagnóstico feito nos Açores para além dos apoios que nós demos, porque os apoios às centrais de táxis que não são tão poucos como isso, foi num investimento de mais de 31 mil contos que representa também a saúde do sector.

Eu tenho sérias dúvidas que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro conheça o sector dos táxis ou conheça só o sector da Terceira ou até mesmo só os táxis do Porto Martins. Tenho grandes dúvidas que o Sr. Deputado conheça isso.

É por isso que eu queria reafirmar aqui mais uma vez que há ilhas que têm alguma viabilidade neste momento e há outras que têm dificuldades.

Digo-lhe mais: o próprio Governo Regional tem cedido a algumas dessas associações instalações para elas terem as suas associações de táxis.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, não venham dizer nesta Casa que desde há dois anos o Governo Regional não moveu um pé para tentar viabilizar a actividade dos táxis.

Nós gostaríamos de dizer que vamos prosseguir nesta política de apoio às centrais de táxis, porque é isso que até agora as associações nos têm reclamado como prioridade de viabilização da sua actividade e, naturalmente, que no âmbito da reconversão profissional ou da possibilidade das reformas antecipadas, que não é matéria fácil, porque se fosse já estava resolvida, não é pelo facto de haver algum ruído político acerca da matéria que nós iríamos ou não resolver essa situação.

Gostaríamos de dizer que o nosso empenhamento neste caso é de procurar que esta actividade, dentro do entendimento que se trata de uma actividade privada, independentemente de poder ter incentivos, que já os tem, tem também numa dose de risco que é das próprias entidades que praticam isso, sem prejuízo de haver aqui uma grande contradição.

O Governo Regional é acusado de dar incentivos a todas as actividades e chega-se a determinada altura que não se faz outra coisa senão pedir incentivos. É um pouco, como há dias se dizia: “já não sabem se querem sol na eira e chuva no nabal ou se chuva na eira e sol no nabal”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem, somos pessoas em que a nossa vida, devido às funções que desempenhamos neste momento, obriga-nos a viajar bastante por todos os meios de transporte.

Andamos de ilha para ilha.

Há dois anos, e antes disso, eu recebia muitas queixas de profissionais de táxis que apontavam problemas.



Conhecia, como os senhores deputados que intervieram antes de mim e muitos outros aqui conhecem, essa gama de problemas.

Estamos a falar de 98 e dos anos anteriores, porque esta actividade tem uma transformação ao longo dos anos.

É uma actividade que durante muito tempo se desenvolvia de acordo com os padrões e um determinado tipo de enquadramento, mas depois há modificações envolventes muito grandes.

Todas as ilhas têm problemas, mas algumas — e no caso do Terceira essa conclusão é consensual — têm uma particularidade grande com o número de licenças que foram atribuídas.

Acontece que não parei essas minhas viagens há dois anos. Continuei até este ano.

Em Fevereiro ou Março deste ano, as Associações de Táxis, a Federação de Táxis dos Açores, etc., recolocaram os problemas que tinham sido postos no essencial há dois anos.

É neste contexto que era oportuno isto vir aqui, era necessário vir aqui e é neste contexto que o partido da maioria entendeu que era necessário encontrar um entendimento político que levasse à aprovação de um texto. É neste contexto que o Governo tem que aceitar esta recomendação, sem dramas.

Ninguém quer tirar protagonismos ao Governo, ninguém se quer apropriar de protagonismos de espécie nenhuma.

Cada um tem que cumprir a sua função! Ninguém nos peça que não cumpramos a nossa!

Nós pedimos e exigimos, como toda a população, que cumpram a vossa.

Penso que a questão é tão simples como isso.

Não há que dramatizar nada disto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Não há que procurar demonstrar que não havia razão para surgir a Proposta de Resolução, procurar demonstrar que é demagogia o partido tal vir dizer qualquer coisa sobre que assunto for.

Estamos a cumprir convictamente o nosso papel e estamos a trabalhar com muita seriedade.

Recebi em conjunto com o colega Deputado Paulo Valadão, Associações de Táxis e a Federação de Táxis e estudámos o problema, analisando-o com seriedade, Sr. Secretário.

Não é preciso o senhor vir dizer que eram mil e não sei quantos ou que eram 600 licenças. Analisámos este assunto com seriedade e tenho no meu gabinete uma série de documentação profunda, de vários tipos e de vários problemas.

O Sr. Secretário tem alguma no seu, mas outra não a tem ou não a leu.

Nós trouxemos aqui o que entendemos que era necessário trazer.

Não vale a pena irmos por este caminho. O que vale a pena é provarmos o entendimento que os 4 partidos aqui chegaram. É isso que vale a pena.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma referência ao que disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação à sugestão da auscultação dos taxistas ter partido do PP.

É evidente que na altura podíamos ter dito, mas isso não estava em causa.

O que estava em causa era que com a apresentação das propostas de resolução, criava-se de facto uma situação que implicitamente trazia consigo a ideia de que o Partido Socialista tinha andado a reboque nesta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Partido Socialista não apresentou propostas de resolução, conforme disse na minha intervenção inicial, única e simplesmente porque acreditou na recomendação feita ao Governo pela Comissão de Economia e sabia que o Governo ia fazer o trabalho que fez, quer existissem propostas de resolução ou só a recomendação da Comissão de Economia.

Nunca coarctámos a hipótese — muito longe de nós essa ideia — de qualquer um ter a legitimidade de apresentar o que apresentou. O nosso trabalho foi no sentido dessa legitimidade e desse apreço, só que há aqui coisas que têm que ser referidas.

Uma vez mais, quando aparecem as novas propostas de resolução, inserem-se novamente no conhecimento ou não conhecimento daquilo que o Governo já tem em mãos e daquilo que o Governo está realizando ou em vias de realizar.

O Partido Socialista não avança nem julga extremamente necessário avançar com a Proposta de Resolução, porque conhece o trabalho que está sendo desempenhado e confia na solução que vai haver, ao ponto de considerarmos que tem toda a legitimidade esta Proposta de Resolução saída da Comissão e quanto mais depressa se resolverem as situações dos taxistas com problemas na sua actividade profissional, melhor para todos, inclusivamente para eles taxistas que bem necessitam.

No entanto, estamos convictos que sem estas últimas propostas de resolução, o ritmo de trabalho de Governo era aquele que está sendo realizado neste momento, que foi aqui referido e está aqui formalizado.

Também interessa aqui dizer que houve associações que tiveram alguma demora e alguma dificuldade em encontrar no seu seio o números e as condições para chegarem a um acordo com os associados, no sentido de se caminhar para o cancelamento das licenças, conforme está anunciado no



primeiro ponto da resolução. Isso fez com que a acção do Governo nesta matéria demorasse algum tempo, porque sem esses dados era impossível fazer os estudos finais para saber o que é que estava encontrado no exterior, isto é, no seio das associações.

Isso dificultou alguma coisa em termos de demora na especificação dessas medidas que agora estão mais perto da sua concretização.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse algo que eu confesso que não percebo bem, mas segundo o que percebi, na proposta da Comissão teria acrescentado mais um ponto na sua Proposta de Resolução? Não foi isso que disse? Se não foi peço desculpa e não falo mais no assunto, porque o que ele tinha dito foi que eram iguais e que continuavam iguais, na óptica do PP.

O que eu disse mantenho, porque julguei que era isso que tinha posto em dúvida. É que a proposta do PP copiou — não há também qualquer problema em ter copiado — 5 dias depois, exactamente aquilo que a Comissão de Economia tinha recomendado. Copiou os mesmo pontos e tenho aqui os documentos que posso provar e ler se quiser.

Apenas em plenário, foi acrescentada a essa Proposta de Resolução as medidas introduzidas (a 11^a e a 12^a) pelo PSD e que dizem respeito ao aumento do tarifário e ao tal subsídio do gasóleo.

Era apenas essa questão que queria repor, porque tinha pensado que havia diferença nessa matéria.

Está clarificado que o Governo trabalhou.

Quem não soube a que ritmo o Governo estava conduzir esse trabalho foi porque não perguntou directamente ao Governo, mas com tudo isso ninguém tira a legitimidade a qualquer um de desempenhar as acções que



entender no sentido de acelerar aquilo que angustia muita gente nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o nosso Regimento, designadamente o artigo 148º nº 2, diz que “a Comissão pode sugerir ao plenário a substituição por outro texto do projecto ou da proposta, tanto na generalidade, como na especialidade.” O nº 2 diz: “o texto de substituição é discutido na generalidade em conjunto com o texto do projecto ou proposta e finda a discussão procede-se à votação sucessiva dos textos”.

Isto significava que nós tínhamos que fazer regimentalmente 3 votações, uma para a do PP, outra para a do PCP e outra para a da Comissão.

Face a esta situação e uma vez que o Partido Popular e o Partido Comunista Português subscreveram a proposta da Comissão, se a assumissem, evitavam-se 3 votações e vota-se apenas a proposta de substituição apresentada. Penso que não havia uma violação gritante do Regimento.

A não ser assim, vamos votar as 3 e votando as 3, Srs. Deputados, ninguém sabe o que se vai passar na Câmara, mas podem passar as 3. Neste caso, se a regra é a da maioria, qual é que passa à especialidade?

Normalmente, não se contam os números de voto para ver qual é que passa à especialidade.

A situação tem alguma complexidade regimental e neste momento gostaria de ouvir a vossa opinião.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e uma opinião modesta.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu não sou especialista do Regimento, ainda não tive tempo de aprendê-lo suficientemente, mas penso que não há votação na especialidade, porque estamos a falar de resoluções, sendo a votação única.

Em segundo lugar, pela parte do Grupo Parlamentar do PCP, não temos nenhum problema em não submeter à votação o nosso texto.

Por outras palavras: não temos nenhum problema em assumir no plenário a postura que assumimos na Comissão.

Penso que assim sintetiza o que quero dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Portanto, é entendimento da Câmara que neste caso basta votar, na generalidade, o texto apresentado pela Comissão.

Vamos passar à votação da Proposta de Resolução sobre “medidas para a reestruturação do sector dos transportes de passageiros em automóveis ligeiros”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.